

# Desenvolvimento Sustentável da Região Norte Fluminense-RJ: Uma breve análise.

André Luís Almeida Peixoto<sup>1</sup>  
Camila Gonçalves Santana Peixoto<sup>2</sup>  
Romeu e Silva Neto<sup>3</sup>

## RESUMO

Os indicadores de desenvolvimento devem de servir como base para tomada de decisão de gestores públicos para implementação de políticas públicas e direcionamento de recursos. O objetivo geral foi realizar uma breve análise sobre os conceitos de desenvolvimento e os indicadores da Região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Para atingir o objetivo proposto, foi utilizado os indicadores em tabelas, quadros e gráficos para a visualização dos dados de pesquisa analisados por meio da metodologia quantitativa. Os resultados obtidos identificaram que existem diferenças entre os municípios em cada área do desenvolvimento humano que se destacaram da média tanto para cima, quanto para baixo. Por meio de uma análise comparativa dos indicadores do IDHM entre os municípios, tornou-se possível compreender que o indicador saúde vem sendo reduzido ao longo do tempo, demonstrando sinais evidentes de problemas no seu funcionamento. Resultados mostram, ainda, que é possível identificar que existe uma grande diferença entre os mesmos, onde as populações mais afetadas são aquelas de menor renda.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento, Sustentável, Região Norte Fluminense.

---

1 Doutorando do Programa de Doutorado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade da Universidade Candido Mendes (UCAM – Campos dos Goytacazes), Arquiteto e Urbanista, professor do curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo e de Pós Graduação em Arquitetura da Cidade, Diretor de Gestão Acadêmica e Planejamento do campus Campos Centro, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense - IFFluminense. Endereço eletrônico: alap.arq@gmail.com

2 Doutoranda do Programa de Doutorado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade da Universidade Candido Mendes (UCAM – Campos dos Goytacazes), Fisioterapeuta, professora e coordenadora adjunta do curso de Fisioterapia, do Instituto Superior de Ensino do Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora – ISECENSA e da Clínica Escola Maria Auxiliadora - CEMA. Endereço eletrônico: cgs.santana@gmail.com

3 Doutor em Engenharia de Produção pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC Rio (2002), Engenheiro Civil, professor titular do IFF - Instituto Federal Fluminense junto ao PPEA - Programa de Pós Graduação em Engenharia Ambiental e ao Mestrado em Sistemas Aplicados à Engenharia e Gestão (SAEG), e é coordenador do curso de Engenharia Civil do Instituto Tecnológico das Ciências Sociais Aplicadas e da Saúde (ISECENSA). Endereço eletrônico: romeusilvaneto@gmail.com

## INTRODUÇÃO

O conceito envolvendo o desenvolvimento sustentável surgiu como um processo de expansão do conceito de crescimento econômico e desenvolvimento humano. O crescimento econômico ocorre em momentos de aumento do consumo e produção de bens e serviços. Tal aumento pode ser mensurado através de indicadores financeiros, como o Produto Nacional Bruto (PNB) e Produto Interno Bruto (PIB).

A partir de autores como Amartya Sen, o desenvolvimento humano surge para ampliar o conceito de crescimento econômico onde a renda passa a ser apenas um dos aspectos do desenvolvimento, sendo associados a outros dois fatores muito importantes para o ser humano: saúde e educação. De forma distinta, quanto da perspectiva do crescimento econômico, no qual analisa o bem-estar de uma sociedade pelos recursos ou pela renda possível de ser gerado, o desenvolvimento humano busca direcionar a preocupação nas pessoas, suas oportunidades e capacidades (PNUD, 2021).

Segundo SEN (2010), o desenvolvimento tem que ser visto como uma janela de oportunidades, que eliminam todas as privações de liberdade que limitam as escolhas para que o ser humano tenha capacidade de ser o que desejar. A privação da liberdade está diretamente ligada à carência de serviços públicos e assistência social a toda população. Nas palavras de Sen “o que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habitadoras como: boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas” (SEN, 2010, p. 18).

A partir de desastres ambientais, acendeu um alerta para as questões e problemas ambientais, porque o planeta não sustenta o modo de vida que países tidos como “desenvolvidos” vivia além da degradação ambiental, incorporando o conceito de sustentabilidade incorporando mais três indicadores que são: geográfico, cultural e tecnológico.

Em outras palavras:

Com o modelo atual de desenvolvimento econômico, nunca houve tanto crescimento, riqueza e fartura ao lado de tanta miséria, degradação ambiental e poluição, e é nesse cenário que se encaixa o desenvolvimento sustentável, como uma maneira de equilibrar as atividades essenciais à qualidade de vida

e dar continuidade a elas. O conceito do tripé da sustentabilidade (Triple-Bottom Line) tornou-se muito conhecido entre as empresas, o que faz dele uma ferramenta conceitual. Para que as organizações possam contribuir para a sustentabilidade, precisam modificar seus processos produtivos, quando for necessário, aderindo a diversas práticas sustentáveis que permeiem as três dimensões (SILVA et al, 2016).

Este artigo apresenta uma breve revisão de literatura e uma análise do desenvolvimento sustentável dos municípios da região norte fluminense. A análise mostra um panorama da situação atual de desenvolvimento dos municípios da região de estudo, utilizando os indicadores sintéticos do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) nos anos de 1991, 2000 e 2010 e do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal nos anos de 2005 a 2016.

## **REVISÃO DA LITERATURA**

### **CRESCIMENTO X DESENVOLVIMENTO**

O mundo se coloca frente a um princípio moral, pois os relatórios das principais organizações financeiras apontam áreas prioritárias, temas, problemas e desafios, sem propor soluções viáveis e estratégias para solucionar os problemas apresentados. Neste sentido existe uma nova convicção de que é possível satisfazer as necessidades dos indivíduos, visto que nunca na história da humanidade os homens tiveram tanto controle sobre a natureza. Este debate proporciona excelentes análises e debates, recomendações aos governos, mobilização da sociedade civil e servindo de suporte para as conferências sobre as questões mundiais levantadas (OPAZO, 2000).

Para Seiffert (2011, p. 22) é de extrema importância diferenciar os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento:

1. crescimento: relaciona-se à expansão da escala das dimensões físicas do sistema econômico, ou expansão da escala de produção;
2. desenvolvimento: significa um estágio econômico, social e político de determinada comunidade, o qual é caracterizado por altos índices de rendimento dos fatores de produção, ou seja, pelos recursos naturais, o capital e o trabalho;
3. sustentável: possui dois significados, o primeiro é estático, que significa "impedir que caia, suportar, apoiar, conservar, manter e proteger", e o segundo é dinâmico e positivo e significa "favorecer, auxiliar, estimular, incitar e instigar".

O conceito de desenvolvimento humano, diferentemente do de desenvolvimento econômico, é centrado na ampliação das oportunidades, das capacidades e do bem-estar das pessoas. A renda passa a ser apenas um dos aspectos do desenvolvimento, e não seu fim, conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

## DESENVOLVIMENTO HUMANO

No que se refere ao desenvolvimento humano, existe a inferência de que para alcançar o avanço na qualidade de vida da população torna-se necessário ir além do viés econômico, considerando outras características culturais, sociais e políticas que influenciam a vida humana. A renda não pode ser confundida, visto que possui importância sendo parte do processo e não o seu fim. Perpassando por uma mudança de perspectiva, visto que no desenvolvimento humano, o foco sai do crescimento econômico e analisa o ser humano (PNUD, 2021).

Segundo Sen (2010), desenvolvimento é o processo de ampliação das liberdades das pessoas, com relação às suas capacidades e as oportunidades a seu dispor, para que elas possam escolher a vida que desejam ter. O processo de expansão das liberdades inclui dinâmicas sociais, econômicas, políticas e ambientais necessárias para garantir uma variedade de oportunidades para as pessoas, bem como o ambiente propício para que cada uma exerça, na plenitude, seu potencial.

Em outras palavras:

O crescimento econômico de uma sociedade não se traduz automaticamente em qualidade de vida e, muitas vezes, o que se observa é o reforço das desigualdades. É preciso que este crescimento seja transformado em conquistas concretas para as pessoas: crianças mais saudáveis, educação universal e de qualidade, ampliação da participação política dos cidadãos, preservação ambiental, equilíbrio da renda e das oportunidades entre todas as pessoas, maior liberdade de expressão, entre outras (PNUD BRASIL, 2021).

Para Sen (2010), é preciso estar atento se os direitos civis e políticos dos indivíduos estão sendo garantidos, pois contribuem diretamente na conquista dos direitos econômicos.

Nesta ótica, surge o conceito de desenvolvimento humano, juntamente como sua medida, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), idealizado pelo economista

paquistanês Mahbub ul Haq, e com a colaboração do economista Amartya Sen, que foram apresentados em 1990, no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este conceito vai muito além do viés puramente econômico e considera outras vertentes que influenciam a qualidade de vida como características sociais, culturais e políticas (PNUD BRASIL, 2021).

## ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) pode ser considerado uma medida geral utilizada para classificar o grau de desenvolvimento econômico, assim como a qualidade de vida dos países. Índice este que foi criado em 1990 e vem sendo acompanhado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) da Organização das Nações Unidas (ONU), o IDH diversifica em uma escala de 0 a 1, quanto mais próximo de a 1, maior será o desenvolvimento humano (PNUD, 2021).

O IDH pode ser utilizado também de forma a apurar o desenvolvimento de cidades, estados e regiões, para isso é analisado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), sendo que o IDHM brasileiro é considerado um ajuste metodológico do que se conhece como IDH Global, no entanto não permite realizar comparação entre o IDHM de um município e o IDH de um país (ATLAS, 2021).

O IDH é uma medida das conquistas de desenvolvimento humano básico em um país, no entanto, os países não conseguem obter um desenvolvimento humano alto sem exercer intensa pressão sobre o planeta. Como acontece em diversas médias, o IDH, algumas vezes, mascara a desigualdade na distribuição do desenvolvimento humano entre a população no nível de país. Desta forma, o IDH 2010 instituiu o IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD), sendo que este considera a desigualdade nas 3 (três) dimensões do IDH “reduzindo” o valor médio das dimensões de acordo com o nível de desigualdade, podendo ser considerado um índice do desenvolvimento humano “real” (PNUD, 2021).

IDHM é uma adaptação do conhecido IDH da Organização das Nações Unidas (ONU), que busca medir o desenvolvimento humano com base em indicadores de saúde, educação e renda. O objetivo do IDHM é o mesmo do IDH, e parte das mesmas proposições, porém visa se adequar às especificidades brasileiras adaptando a metodologia global ao contexto local e à disponibilidade de indicadores nacionais. O

IDHM é produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em parceria com o Instituto de Economia Aplicada (IPEA) e pela Fundação João Pinheiro. O IDHM é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

Partindo do princípio de que o desenvolvimento é multidimensional, assim, um dos requisitos para o desenvolvimento com equidade é a saúde, entendida como fator decisivo para o bem estar das pessoas, famílias e comunidades (SORDI, ARENA 2012).

Considerando a relevância do IDH como ferramenta de medida das condições de vida das pessoas. Mesmo com possíveis erros na metodologia utilizada pelo PNUD para aferi-lo, esta ferramenta é imprescindível, pois permite acompanhar o percurso das condições de vida de uma parte expressiva da população mundial (JAHAN, 2001).

O IDH têm sido o indicador de referência mais utilizado nas análises comparativas do grau de desenvolvimento dos Estados Nacionais e das regiões, reúne três dos requisitos mais importantes para a expansão das liberdades das pessoas: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável (saúde), de ter acesso ao conhecimento (educação) e de poder desfrutar de um padrão de vida digno (renda), diferentemente do PIB, incorpora a saúde como um de seus três componentes principais (SEN, 2010); (GADELHA *et al.*, 2009); (PNUD BRASIL, 2021).

Esta perspectiva de análise do tema saúde e desenvolvimento é compatível com a primeira perspectiva que entende que o desenvolvimento de uma sociedade, seu padrão tecnológico, deve estar alinhado com suas demandas de modo a garantir certa autonomia tecnológica para superar o subdesenvolvimento (FURTADO, 1998).

Essa definição de desenvolvimento incorpora a importância do bem estar da população, como A. Sen, e mostra como as decisões de incorporação tecnológica e de oferta de serviços de saúde, são politizadas, e estão longe de serem neutras.

Este conceito de desenvolvimento parte das perspectivas acima apontadas e sugere a clara interpenetração de aspectos históricos, políticos, institucionais, sociais e econômicos que irão influenciar a oferta de serviços de saúde e o abandono de uma concepção unidimensional que privilegiava a dimensão econômica do desenvolvimento.

Entre os estudiosos do tema é cada vez mais relevante a variável institucional, a qual pode ser representada pela interação entre os atores e as instituições que compõem o marco institucional do objeto de estudo, conformando o arranjo institucional. Entende-se que os arranjos envolvem capacidades que facilitam ou dificultam execução de políticas públicas na medida em que proveem uma forma de governança entre as instituições participantes do arranjo institucional.

## RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

O Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) possui reconhecimento das Nações Unidas como uma atividade intelectual independente, também sendo uma importante ferramenta a fim de elevar a conscientização sobre o desenvolvimento humano em todo o mundo. O pressuposto do primeiro RDH, em 1990, era de que as pessoas constituem a real riqueza das nações, conceito este que serviu como guia para os demais relatórios (PNUD, 2021).

A importância de um relatório a priori é de informar, funcionando como um suporte de apoio para a população e para o governo, visto que com um leque maior de informação é possível se conscientizar, auxiliando inclusive na solução dos problemas mencionados no relatório. Os RDHs precisam ser escritos de forma clara e objetiva, sendo utilizado sempre que se fizer necessário e não o deixar na estante como objeto decorativo (PNUD, 2021).

Os RDHs incluem o IDH e apresentam dados e análises relevantes à agenda global e incluem políticas públicas que colocam os indivíduos como centro das estratégias de confronto aos desafios do desenvolvimento. Sendo anualmente publicado pelo PNUD, possui temas transversais e de relevante interesse internacional, assim como como o cálculo do IDH de uma expressiva parte dos países do mundo. Sendo publicado, atualmente, em dezenas de idiomas, são publicados também centenas de RDHs nacionais, do Brasil, sendo que este fez quatro RDHs, no último foram abordadas questões sobre os valores humanos no alcance do desenvolvimento (PNUD, 2021).

## ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM)

O IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – é realizado pelo Sistema FIRJAN, que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de

todos os municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & renda, Educação e Saúde. Foi criado em 2008, ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde (IFDM, 2021).

O IFDM utiliza como metodologia os mesmos indicadores do IDHM, porém com uma grande diferença de cunho temporal, pois como não utiliza os dados do CENSO, consegue apresentar os dados anualmente, o que contribui para o acompanhamento da evolução e historicidade dos dados. Segundo FUZARO e CARNIELLO (2020):

A construção do índice Firjan guarda uma semelhança com a criação do próprio IDH, ao considerar praticamente as mesmas áreas do desenvolvimento humano, no entanto a principal diferença entre ambos é a abrangência dos dados que os compõem. O IFDM tem uma maior quantidade de dados que podem retratar um panorama mais aprofundado sobre cada área do desenvolvimento em comparação com a simplicidade que o IDH representa. Outra semelhança em relação ao IDH é como estes são mensurados em escala de 0 a 1, sendo o maior valor determinado pelo maior nível de desenvolvimento municipal.

## ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL

O Brasil, conforme o RDH 2020, considerando a base dos dados de 2019, possui IDH de 0,765, encontrando-se na faixa de alto desenvolvimento. Tendo o valor do índice crescido em relação a 2018, contudo em relação às posições no ranking, caiu em cinco, ocupando assim o 84º lugar entre os 189 países e territórios reconhecidos pela ONU. Atualmente o país com o maior IDH no mundo é a Noruega com 0,957, se enquadrando na faixa de alto desenvolvimento (ATLAS, 2021).

Na tentativa de avaliar a gestão social dos municípios do Brasil, observa-se a necessidade da realização de diversos estudos que sejam capazes de retratar a efetiva aplicação dos recursos públicos, assim como os impactos desses investimentos no desenvolvimento social dos municípios (IPRS, 2000).

Diante do cenário que analisa a situação do Brasil em relação aos países com maiores e piores IDHs, é possível identificar que o IDH ajustado por pressões planetárias é de 0.710 e o IDH 2019 de 0.765 (ATLAS, 2021).

Existem dificuldades teóricas e metodológicas presentes no Relatório do IDH, possibilitando observar diversas dificuldades, entre elas, a questão da coerência, de forma a demonstrar medidas e propostas de multidimensionalidade e universalismo

que desconsidera os aspectos culturais presentes em todo o mundo (QIZILBASH, 2002).

Na perspectiva furtadiana, as relações de subordinação, no esquema centro-periferia, que explicam o subdesenvolvimento de regiões periféricas ou atrasadas, passam inexoravelmente pelas questões de sua “formação socioeconômica”, que envolve questões estruturais e institucionais em uma perspectiva histórica (FURTADO, 2009).

## OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são resultado de um acúmulo de experiências, debates e negociações globais desde o fim da Guerra Fria em 1991 quando as agências oficiais de assistência ao desenvolvimento tiveram cortes em seu orçamento – e os países que precisavam da cooperação sofreram os efeitos da diminuição dos recursos –, a ONU e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) passou a discutir metas de bem-estar econômico, desenvolvimento social e sustentabilidade (CARVALHO, 2015).

No ano de 2000, 189 nações firmaram um compromisso para combater a extrema pobreza e outros problemas sociais. Esse pacto acabou levando aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), oito alvos a serem alcançados até 2015, subdivididos em 21 metas e 60 indicadores. De 2000 a 2015, diversos eventos e relatórios acompanharam a situação dos ODM no mundo.

Os ODS são ainda mais abrangentes e detalhados que os ODM, incluindo temas transversais como pobreza, desigualdade, desenvolvimento econômico, clima, fortalecimento das instituições e segurança. Essa complexidade, por si só, já representa um desafio. A Cúpula de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas ocorrida em setembro de 2015, que adotou uma agenda global composta por 17 objetivos e 169 metas a serem alcançadas até 2030

Conforme pode ser visto na Figura 1, são 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que estão sendo trabalhados com a ONU e parceiros no Brasil e no mu. Essas metas abordam os principais desafios de desenvolvimento no Brasil e no mundo. Os temas são divididos em quatro dimensões principais: Social, Ambiental, Econômica e Institucional.

Figura 1 – Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.



Fonte: Agenda 2030. Disponível em:

[https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2019/10/objetivos\\_port.png?w=1024](https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2019/10/objetivos_port.png?w=1024) Acesso 19/08/2022.

Os ODS abrangem em seus objetivos e metas erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução da desigualdade, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e consumo, mudanças climáticas, cidades sustentáveis, conservação e desenvolvimento sustentável, uso de ecossistemas marinhos e terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura, industrialização e muito mais.

Segundo Gil (2017), os ODS propõem uma resposta sistêmica a uma visão global e interconectada de desenvolvimento sustentável para abordar questões importantes como desigualdade e pobreza extrema, padrões de consumo insustentáveis e degradação ambiental, fortalecimento de capacidades institucionais e processos de solidariedade. Tudo isso está sendo feito a partir de uma nova perspectiva metodológica, não imune à retórica vazia e à ambiguidade deliberada, que exige mudanças de longo alcance em nível global por meio de uma ação internacional coordenada, que não parece fazer parte das prioridades atuais. Além disso, a comunidade internacional vem se armando há décadas com importantes acordos alcançados em diversas cúpulas e conferências da ONU, que identificaram os eixos básicos do desenvolvimento sustentável, mas que foram sistematicamente ignorados pela maioria dos signatários.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio permitem que governos, doadores, agências e organizações internacionais se concentrem em áreas

prioritárias de necessidade, melhorando assim a disponibilidade de dados e indicadores de desenvolvimento, melhorando os sistemas estatísticos nacionais e fortalecendo uma cultura de responsabilidade. É certo que, entre suas muitas limitações, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio aplicam-se apenas aos países pobres e têm uma visão limitada do desenvolvimento que está em desacordo com uma compreensão multidimensional do mesmo. Mas, o mais importante, a falta de dados de desenvolvimento precisos em muitos países pobres, a falta de medidas precisas e a dificuldade de padronizar e validar os dados existentes tornaram-se limitações importantes para sua aplicação adequada (Gil apud Sarvajayakesavalu, 2015).

Por muitos anos, algumas agências multilaterais se preocuparam com a falta de dados básicos de desenvolvimento em muitos países pobres, tanto que foram identificadas quatro questões principais na implementação da agenda de desenvolvimento, como os ODS: disponibilidade de dados, lacunas de qualidade, dados altamente relevantes e discrepâncias de dados existentes entre fontes nacionais e internacionais (Gil apud Sarvajayakesavalu, 2015).

Ainda, conforme Gil (2017), para os países avançarem com a implementação da Agenda 2030 e o alcance dos ODS, passos ambiciosos e urgentes devem ser dados, pois restam poucos anos para fazer tudo o que se traduz em priorização de metas, investimentos, recursos, desenvolvimento de mecanismos de compartilhamento de dados e informações. Contudo, para fazer progressos significativos, os ODS exigem uma tomada de decisão clara e um compromisso político preciso para transformar a retórica vazia e a retórica inútil em medidas transformacionais eficazes para melhorar as condições de vida de um planeta castigado e de seus habitantes.

## REGIÃO NORTE FLUMINENSE

A Região Norte Fluminense está localizada no norte do Estado do Rio de Janeiro - ERJ, entre o Estado do Espírito Santo e as regiões Noroeste, Serrana e Baixada Litorânea, correspondendo a 21% da área total do Estado do Rio de Janeiro. Somente o município de Campos equivale a 44% da região (RIO DE JANEIRO, 2015).

Historicamente, os municípios dessa Região eram caracterizados pela agroindústria açucareira, porém a partir da década de 1980, outros dois produtos

assumiram importante destaque na economia regional, que são o petróleo e o gás natural, o que tornou a Região como uma das mais importantes do ERJ (CEEP, 2016).

Dentre os municípios desta regional, Campos dos Goytacazes possui a maior população e sua densidade demográfica é a terceira mais alta do estado, seguido do município de Macaé (CEEP, 2016).

O Município de São João da Barra apresenta a terceira maior densidade demográfica da região e tende a expandir com a implantação do porto marítimo de grande porte para processamento e exportação de minério de ferro (Porto do Açú), pela atração de mão-de-obra e a dinamização do setor habitacional (RIO DE JANEIRO, 2015).

Segundo o Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro (CEEP, 2016), no município de Campos dos Goytacazes, está concentrado o maior número de estabelecimentos industriais da Região, destacando-se as indústrias de produtos alimentares, química, transformação de produtos de minerais não metálicos e mecânica.

Os municípios desta região se destacam também pelo setor de serviços dentre os quais ressaltamos a saúde. Segundo dados a Assistência Médica Sanitária do Rio de Janeiro apresentados na Tabela 1, esta regional no ano de 2009, possuía um total de 239 estabelecimentos de saúde públicos e 221 privados. O município que possui a maior quantidade de estabelecimentos públicos é Campos dos Goytacazes (88), seguido de Macaé (58), sendo este o que possui a maior quantidade de privados (114).

Nota-se claramente nenhuma presença de prestadores de serviços de saúde por parte da União, e um único estabelecimento do Estado, situado no município de Campos dos Goytacazes. Os municípios são os responsáveis por quase totalidade dos estabelecimentos públicos. Além de uma distribuição igual entre estabelecimentos públicos e privados na região.

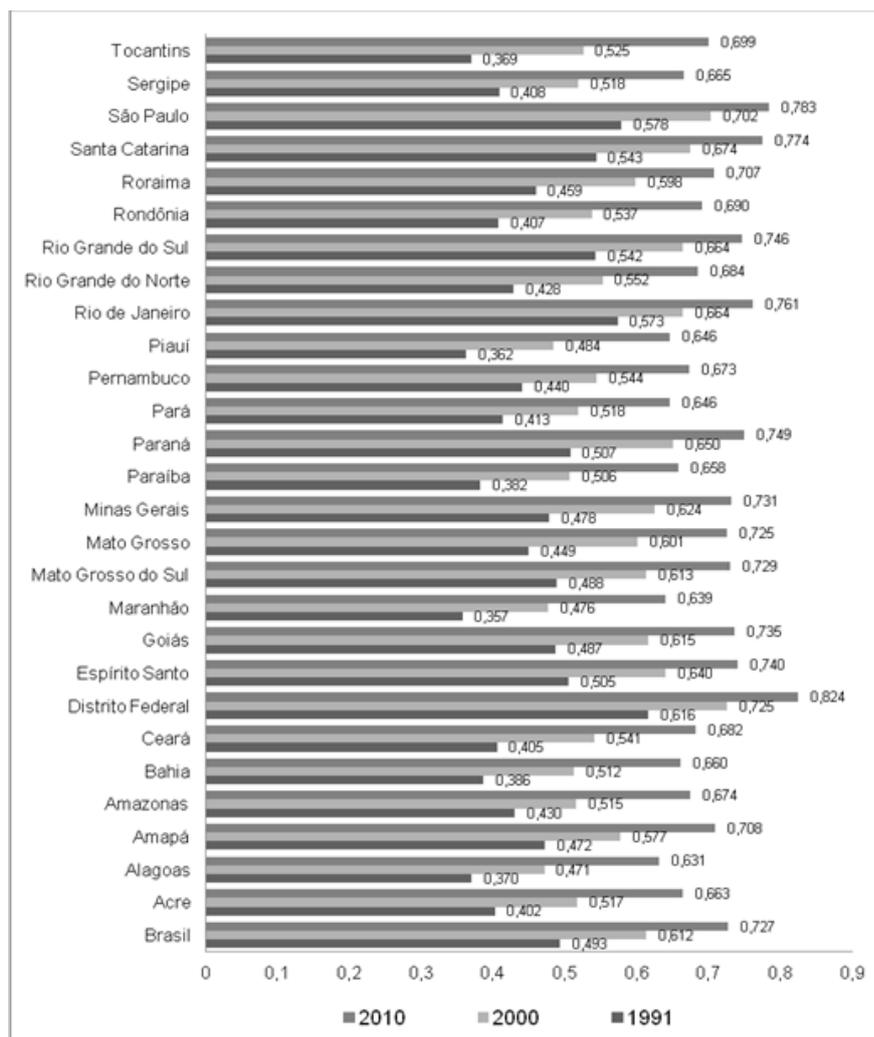
A região norte fluminense recebeu significativos fluxos migratórios devido as atividades ligadas ao setor petrolífero na Bacia de Campos dos Goytacazes, tendo maior destaque para os municípios de Macaé, Carapebus e Quissamã, o que impactada diretamente na economia e prestação de serviços nesta regional (RIO DE JANEIRO, 2015).

Em função das receitas oriundas dos royalties e participações especiais na sua economia, das atividades acima mencionadas, o PIB per capita dos municípios desta região é o mais elevado entre as demais do ERJ. Os municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé se destacam na liderança das participações no PIB do Estado, entretanto, o percentual de pobres e a desigualdade de renda, medida pelo coeficiente de Gini, estão entre os mais altos, indicando uma região desigual, apesar de rica (PNUD, 2021).

## **RESULTADOS**

Analisando as informações obtidas em relação do IDHM Brasil versus estados brasileiros, nos três anos que foi elaborado e apresentadas no Gráfico 1, todos os estados apresentaram melhoras nos seus índices ao longo dos períodos. O Brasil, de um IDHM de 0,493, que é considerado um nível muito baixo desenvolvimento humano, passou para 0,727 no ano de 2010, considerado de alto desenvolvimento humano, um crescimento de 19%.

**Gráfico 1.** Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Brasil e Estados Brasileiros, 1991, 2000, 2010.



Fonte: Elaborado pelo autor ((2016) com base de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD. 2013)).

Diante dos dados apresentados, obtidas em relação do IDHM Brasil versus Estado do Rio de Janeiro (ERJ), verificamos que o ERJ apresentou melhoras nos seus índices ao longo dos períodos.

O ERJ obteve melhora em torno de 33% - subiu de 0,573 (baixo desenvolvimento humano), para 0,761, acima da média nacional, ocupando a quarta posição entre os estados brasileiros, ficando abaixo do Distrito Federal, como São Paulo e Santa Catarina. No entanto, seus índices não ultrapassaram a barreira dos 0,800, o que indica um nível médio de desenvolvimento humano.

O indicador que mais contribuiu positivamente para o IDHM do ERJ em 2010 foi longevidade, seguido de renda e por último, educação. Portanto, a primeira impressão é de que o indicador de saúde do ERJ está demonstrando que o nível de mortalidade e os riscos de morte são baixos e melhores do que os outros dois

indicadores que compõe o índice. Da mesma forma o indicador sugere que está havendo uma melhoria das condições de vida e de acesso aos serviços de saúde. Entretanto, esta visão pode ser enganosa na medida em que ela considera o ERJ como um todo, sem particularizar suas regiões de saúde, e sem estabelecer parâmetros comparativos dessas com as médias do ERJ e do Brasil.

A seguir, com objetivo de checar essa visão, se apresenta como a região norte fluminense se posicionou no ERJ. A evolução dos índices nas duas regiões foi realizada comparando-se a média de cada região nos três anos que estão disponíveis, com os dados para o ERJ e para o Brasil, além da verificação da evolução do indicador de saúde em relação aos demais indicadores que compõe o IDHM.

Na Tabela 1, é apresentado o ranking dos municípios das regiões de saúde norte e noroeste fluminense, em relação aos municípios brasileiros no ano de 2010, com os respectivos indicadores desagregados<sup>4</sup>.

**Tabela 1.** Ranking dos municípios da Região Norte Fluminense, em relação aos municípios brasileiros (IDHM, 2021).

Posição	Município	IDHM (2010)	IDHM Renda (2010)	IDHM Longevidade (2010)	IDHM Educação (2010)
1º	São Caetano do Sul (SP)	0.862	0.891	0.887	0.811
7º	Niterói (RJ)	0.837	0.887	0.854	0.773
45º	Município do Rio de Janeiro (RJ)	0.799	0.840	0.845	0.719
304º	Macaé (RJ)	0.764	0.792	0.828	0.681
1427º	Campos dos Goytacazes (RJ)	0.716	0.715	0.830	0.619
1514º	Carapebus (RJ)	0.713	0.699	0.805	0.644
1546º	Conceição de Macabu (RJ)	0.712	0.698	0.806	0.642
1776º	Quissamã (RJ)	0.704	0.698	0.821	0.610
2161º	São Fidélis (RJ)	0.691	0.685	0.787	0.611
2642º	São João da Barra (RJ)	0.671	0.686	0.800	0.551
3156º	Cardoso Moreira (RJ)	0.648	0.653	0.782	0.534
3312º	São Francisco de Itabapoana (RJ)	0.639	0.618	0.791	0.533
5565º	Melgaço (PA)	0.418	0.454	0.776	0.207

Fonte: Elaborado pelo autor ((2016) com base de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2021)).

Destaca-se que dentre os municípios da região do estudo, o município que mais se acentua é Macaé e o que menos se acentua é o município de São Francisco do Itabapoana, o que demonstra uma diferença muito grande em relação a todos os indicadores dos mesmos.

<sup>4</sup> Indicadores de educação, longevidade e renda, que compõe o IDHM.

Observa-se que para o ano de 2010, o município de Macaé apresentou o maior IDHM (0,764) entre os demais municípios, superando as médias nacional (0,727), estadual (0,761) e regional (0,701), ambos correspondem a um alto desenvolvimento humano. Os municípios que apresentam os mais baixos índices são: São João da Barra (0,671), e São Francisco de Itabapoana, sendo este, o que apresenta a situação mais crítica (0,639) que indica um médio desenvolvimento humano, ocupando a 3312ª posição entre os 5565 municípios brasileiros, conforme Tabela 1.

Os dados do IDHM dos três anos do município de São Francisco de Itabapoana estão abaixo dos índices dos outros municípios da região, do Estado e do País. O município conta com a menor renda domiciliar per capita no estado, com mais da metade da população (56%) de pobres (PNUD, 2021).

A Tabela 2 demonstra os percentuais referentes ao indicador longevidade para cada ano estudado e as variações do IDHM entre os períodos. Buscou compreender, em qual proporção a saúde estava contribuindo para o aumento do IDHM ao longo do período, e se obteve algum avanço, ou não.

**Tabela 2.** Percentual do componente longevidade em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) Global da Região Norte Fluminense, 1991, 2000 e 2010.

	1991		2000		2010		Var. % IDHM	Var. % IDHM	Var. % IDHM
	IDHM	Long.	IDHM	Long.	IDHM	Long.	1991 - 2010	1991 - 2000	2000 - 2010
Campos dos Goytacazes	0,505	41,30%	0,618	39,80%	0,716	38,35%	42	22	16
Carapebus	0,412	47,26%	0,579	40,70%	0,713	37,48%	73	41	23
Cardoso Moreira	0,386	49,47%	0,520	42,93%	0,648	39,72%	68	35	25
Conceição de Macabú	0,483	42,21%	0,615	39,11%	0,712	37,56%	47	27	16
Macaé	0,534	39,39%	0,665	37,20%	0,764	35,98%	43	25	15
Quissamã	0,406	47,87%	0,561	41,66%	0,704	38,56%	73	38	25
São Fidélis	0,449	45,50%	0,590	40,59%	0,691	37,78%	54	31	17
São Francisco de Itabapoana	0,344	53,28%	0,503	45,48%	0,639	40,73%	86	46	27
São João da Barra	0,484	45,80%	0,548	43,02%	0,671	39,27%	39	13	22

Fonte: Elaborado pelo autor ((2016) com base de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2021)).

Comparando os dados do IDHM nos períodos, a partir das Tabelas 1 e 2, percebe-se que, sem dúvida, houve uma melhora dos índices globais na região. A

evolução do seu desempenho entre os períodos foi maior que a evolução média estadual e nacional.

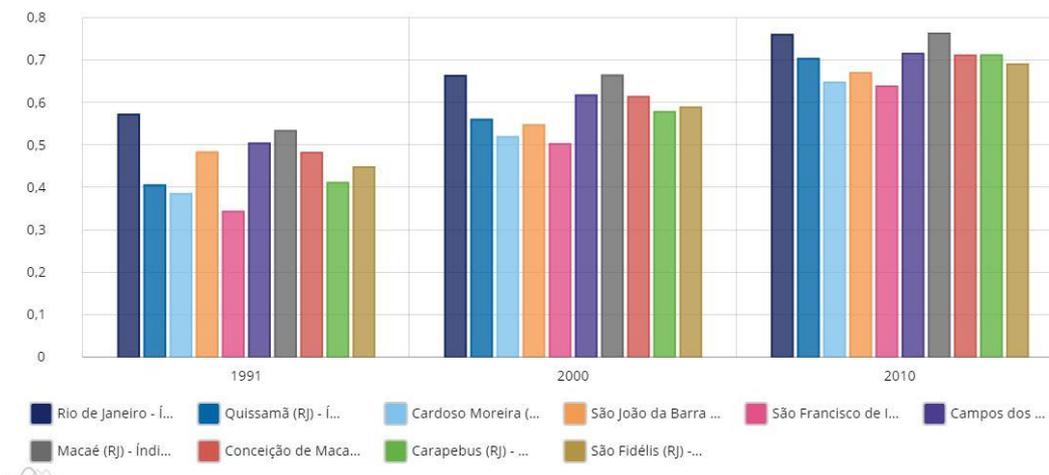
Entretanto, apesar do indicador longevidade evoluir ao longo dos anos ele apresenta queda em percentual ao valor total do IDHM em todos os municípios da região. Estes dados podem ser indicativos que questões de funcionamento do marco institucional e a sua governança estão dificultando o acesso com qualidade aos serviços de saúde.

A seguir, o Quadro 1 e o Gráfico 2, apresentam o IDHM 1991, 2000 e 2010, conforme censos realizados, nos municípios da Região Norte Fluminense-RJ.

**Quadro 1. IDHM 1991, 2000 e 2010**

Territorialidades	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM 2010
Brasil	0,493	0,612	0,727
Rio de Janeiro	0,573	0,664	0,761
Campos dos Goytacazes (RJ)	0,505	0,618	0,716
Carapebus (RJ)	0,412	0,579	0,713
Cardoso Moreira (RJ)	0,386	0,52	0,648
Conceição de Macabu (RJ)	0,483	0,615	0,712
Macaé (RJ)	0,534	0,665	0,764
Quissamã (RJ)	0,406	0,561	0,704
São Fidélis (RJ)	0,449	0,59	0,691
São Francisco de Itabapoana (RJ)	0,344	0,503	0,639
São João da Barra (RJ)	0,484	0,548	0,671

**Gráfico 2. IDHM 1991, 2000 e 2010**



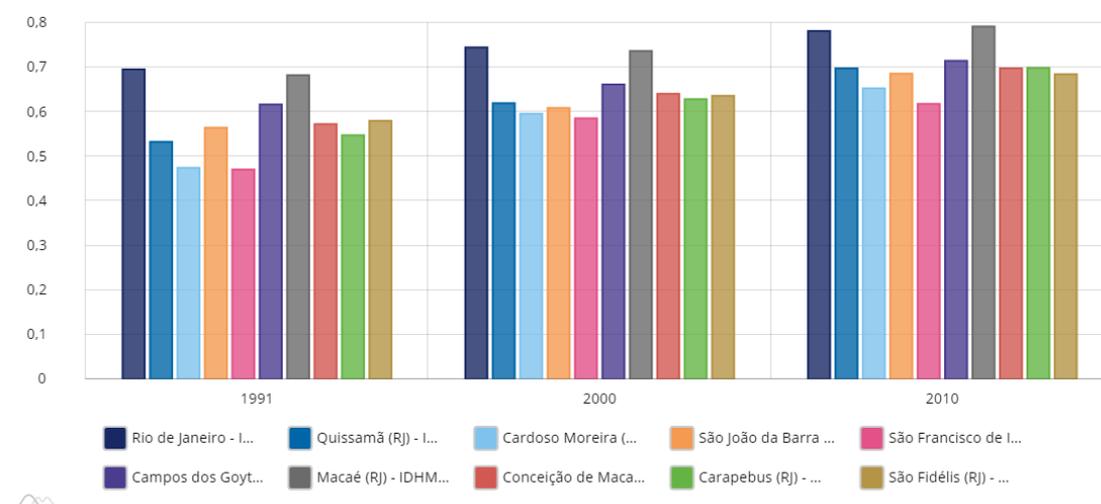
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020. Base de dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>. Acesso em: 12 de jun. de 2021.

Nos Quadros e Gráficos a seguir, os indicadores são desmembrados, para melhor análise dos dados.

**Quadro 2.** Indicador Renda em 1991, 2000 e 2010, conforme censos realizados, nos municípios da Região Norte Fluminense-RJ.

Territorialidades	IDHM Renda 1991	IDHM Renda 2000	IDHM Renda 2010
Brasil	0,647	0,692	0,739
Rio de Janeiro	0,696	0,745	0,782
Campos dos Goytacazes (RJ)	0,617	0,662	0,715
Carapebus (RJ)	0,548	0,629	0,699
Cardoso Moreira (RJ)	0,475	0,596	0,653
Conceição de Macabu (RJ)	0,573	0,641	0,698
Macaé (RJ)	0,683	0,737	0,792
Quissamã (RJ)	0,533	0,62	0,698
São Fidélis (RJ)	0,58	0,636	0,685
São Francisco de Itabapoana (RJ)	0,471	0,586	0,618
São João da Barra (RJ)	0,565	0,609	0,686

**Gráfico 3.** Indicador Renda em 1991, 2000 e 2010, conforme censos realizados, nos municípios da Região Norte Fluminense-RJ.

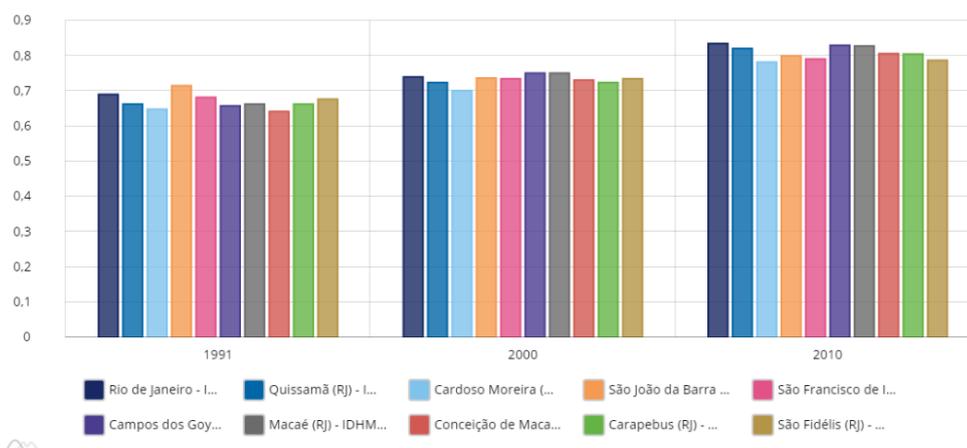


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020. Base de dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>. Acesso em: 12 de jun. de 2021.

**Quadro 3.** Indicador Longevidade em 1991, 2000 e 2010, conforme censos realizados, nos municípios da Região Norte Fluminense-RJ.

Territorialidades	IDHM Longevidade 1991	IDHM Longevidade 2000	IDHM Longevidade 2010
Brasil	0,662	0,727	0,816
Rio de Janeiro	0,69	0,74	0,835
Campos dos Goytacazes (RJ)	0,658	0,751	0,83
Carapebus (RJ)	0,663	0,724	0,805
Cardoso Moreira (RJ)	0,648	0,701	0,782
Conceição de Macabu (RJ)	0,642	0,731	0,806
Macaé (RJ)	0,663	0,751	0,828
Quissamã (RJ)	0,663	0,724	0,821
São Fidélis (RJ)	0,677	0,735	0,787
São Francisco de Itabapoana (RJ)	0,682	0,735	0,791
São João da Barra (RJ)	0,715	0,737	0,8

**Gráfico 4.** Indicador Longevidade em 1991, 2000 e 2010, conforme censos realizados, nos municípios da Região Norte Fluminense-RJ.

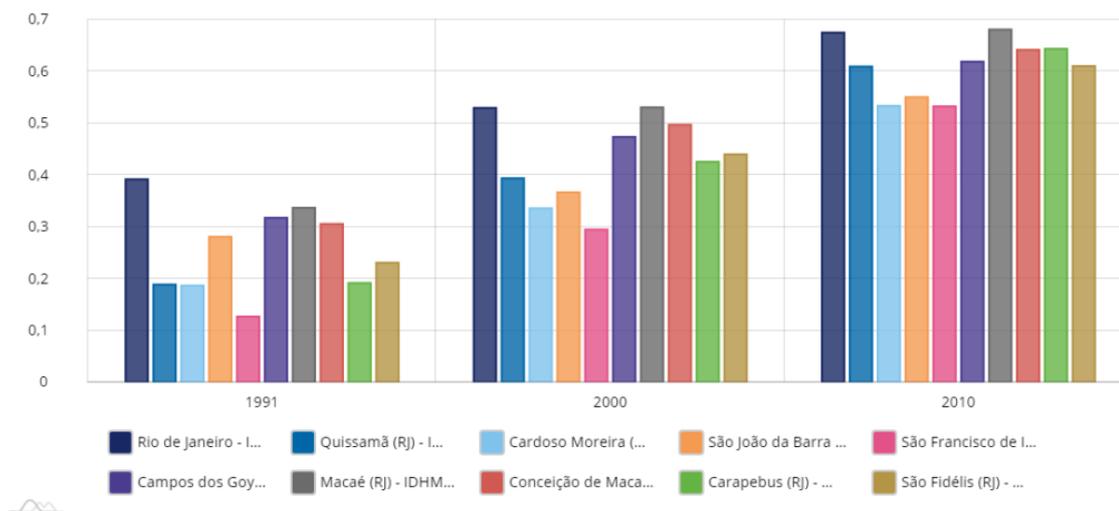


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020. Base de dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>. Acesso em: 12 de jun. de 2021.

**Quadro 4.** Indicador Educação em 1991, 2000 e 2010, conforme censos realizados, nos municípios da Região Norte Fluminense-RJ.

Territorialidades	IDHM Educação 1991	IDHM Educação 2000	IDHM Educação 2010
Brasil	0,279	0,456	0,637
Rio de Janeiro	0,392	0,53	0,675
Campos dos Goytacazes (RJ)	0,318	0,474	0,619
Carapebus (RJ)	0,192	0,426	0,644
Cardoso Moreira (RJ)	0,187	0,336	0,534
Conceição de Macabu (RJ)	0,306	0,497	0,642
Macaé (RJ)	0,337	0,531	0,681
Quissamã (RJ)	0,189	0,394	0,61
São Fidélis (RJ)	0,231	0,44	0,611
São Francisco de Itabapoana (RJ)	0,127	0,295	0,533
São João da Barra (RJ)	0,281	0,367	0,551

**Gráfico 5.** Indicador Educação em 1991, 2000 e 2010, conforme censos realizados, nos municípios da Região Norte Fluminense-RJ.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020. Base de dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>. Acesso em: 12 de jun. de 2021.

Ao analisar os indicadores dos municípios, observa-se que ocorreram melhoras ao longo dos anos, apesar de ainda existirem diferenças evidentes entre cidades principalmente as mais carentes. Ressalta-se que o indicador de saúde vem sendo reduzido ao longo do tempo, demonstrando sinais evidentes de problemas no seu funcionamento.

Pressupõe-se que esta evolução é sinônima de constantes investimentos em políticas públicas de saúde e todo processo de descentralização e regionalização do SUS. Conforme Gragnolati *et al.* (2013,p.11) , “a construção do SUS alcançou, pelo menos parcialmente, os objetivos de acesso universal e equitativo à assistência à saúde”. Porém, este alcance parece ter sido diferenciado mesmo dentro do ERJ nas diferentes regiões.

Os dados apresentados no Quadro 5, demonstram a evolução do IFDM nos municípios da Região Norte Fluminense - RJ. Como o índice utiliza outros indicadores em sua composição, diferente do IDHM que utiliza o CENSO, é possível obter dados mais atualizados dos municípios, ressaltando sua relevância por sua historicidade.

**Quadro 5.** Evolução IFDM nos municípios da Região Norte Fluminense - RJ.

IFDM												
Municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Campos dos Goytacazes	0.6720	0.7055	0.7189	0.7271	0.6938	0.7260	0.7159	0.7510	0.7685	0.7531	0.7162	0.7208
Carapebus	0.6816	0.6459	0.7092	0.6305	0.6841	0.7168	0.6587	0.6993	0.6737	0.6935	0.6570	0.6620
Cardoso Moreira	0.6121	0.5962	0.5924	0.5975	0.6115	0.6524	0.6028	0.6263	0.6404	0.7033	0.6593	0.6601
Conceição de Macabú	0.6079	0.5951	0.6364	0.6157	0.6595	0.6054	0.6350	0.6373	0.6239	0.7035	0.6544	0.6584
Macaé	0.8329	0.8031	0.8569	0.8593	0.8267	0.8136	0.7997	0.8404	0.8327	0.8146	0.7585	0.7543
Quissamã	0.6219	0.6960	0.6548	0.7007	0.6884	0.7090	0.7916	0.7916	0.8014	0.7745	0.6839	0.6890
São Fidélis	0.7013	0.6526	0.694	0.7007	0.6340	0.7120	0.6415	0.7189	0.7233	0.7141	0.6785	0.6391
São Francisco do Itabapoana	0.6064	0.6047	0.6254	0.5871	0.6407	0.6534	0.6536	0.6554	0.6890	0.6553	0.6587	0.6158
São João da Barra	0.6882	0.6757	0.7041	0.7356	0.7332	0.7282	0.8000	0.8036	0.7349	0.7492	0.7501	0.7093

Fonte: IFDM. FIRJAN Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=RJ&IdCidade=330500&Indicador=1&Ano=2016>>. Acesso em: 12 de jun. de 2021.

Comparando os dados do IDHM com os do IFDM, percebe-se que, houve uma melhora dos índices globais na região e que análise comparativa dos dados dos municípios entre os dois índices é bem similar.

## CONCLUSÕES

Este artigo buscou trazer uma análise do cenário histórico e atual do desenvolvimento humano nos nove municípios da Região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Em meio às análises é possível identificar que existe uma grande diferença entre os mesmos, onde as populações mais afetadas são aquelas de menor renda. Aliado a isso, os dados demonstram que os municípios com mais baixo índices, são os que recebem menos royalties oriundos da exploração de petróleo e gás.

Por meio de uma análise comparativa dos indicadores do IDHM entre os municípios, tornou-se possível compreender que o indicador saúde vem sendo reduzido ao longo do tempo, demonstrando sinais evidentes de problemas no seu funcionamento.

Tendo em vista os aspectos observados, percebemos através deste recorte territorial, que os municípios brasileiros são marcados por altos níveis de desigualdade social, o acesso aos serviços públicos, especialmente aos serviços de saúde no Brasil, está longe de ser igualitário e universal, como prevê a CF e as diretrizes do SUS. Seus impactos negativos refletem diretamente na renda, na educação e na saúde da população menos assistida e conseqüentemente a mais carente.

Não foram encontrados dados consistentes sobre o avanço as ODS na região estudada. Segundo dados do relatório Luz 2021 produzido por entidades da sociedade civil, e apresentados na Câmara dos Deputados Federal, o Brasil não está avançando satisfatoriamente em nenhuma das 169 metas previstas nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, estabelecidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015, mostrou um estudo. Das 169 metas, 54,4% estavam em retrocesso, 16% estagnadas, 12,4% ameaçadas e 7,7% indicaram progresso insuficiente (BRASIL, 2021).

Tais fatos apontam que enquanto região e país, ainda estamos muito distantes de atingir um desenvolvimento justo, humano, sustentável para toda nossa população.

## REFERÊNCIAS

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ADHB). Disponível em: URL: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/indice-de-desenvolvimento-humano-idh-e-idhm>. Acesso em: 16/07/2021.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. MEIO AMBIENTE E ENERGIA. Brasília: Câmara dos Deputados, Agência Câmara de Notícias, 2021. Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/noticias/784354-relatorio-aponta-que-o-brasil-nao-avancou-em-nenhuma-das-169-metas-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>>. Acesso em: 21/08/2022.

CARVALHO, Paulo Gonzaga Mibielli de. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM: Uma avaliação crítica. IBGE - Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=294602&view=detalhes>. Acesso em 22/08/2022.

CENTRO DE ESTATÍSTICAS, ESTUDOS E PESQUISAS. ESTADO DO RIO DE JANEIRO. REGIÕES DE GOVERNO (CEEP). Histórico das Regiões de Governo: o grande Rio e a Baixada Fluminense: divisão político-administrativa do Estado do Rio de Janeiro: segundo as Regiões de Governo e municípios: divisão regional: segundo as mesorregiões: microrregiões geográficas e municípios: Estado do Rio de Janeiro Regiões de Governo. Disponível em: <[http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info\\_territorios/divis\\_regional.html](http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/divis_regional.html)>. Acesso em: 06/10/2016.

FURTADO, C. O capitalismo global. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.

FUZARO, Paulo Alexandre; CARNIELLO, Monica Franchi. Estudo Comparativo do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal na Região Metropolitana do Vale do Paraíba-SP. Revista Desenvolvimento em Questão. Editora Unijuí. ISSN 2237-6453. Ano 16, n. 45, out./dez. 2018. Disponível em: <

<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/9660>>. Acesso em: 06/07/2021.

GADELHA, Carlos Augusto *et al.* Saúde e Desenvolvimento: Uma Perspectiva Territorial. In: VIANA, Ana Luiza d'Ávila (org). Saúde, desenvolvimento e território. São Paulo: Hucitec, 2009.

GIL, Carlos Gómez. Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS): una revisión crítica. *Papeles de relaciones ecosociales y cambio global* No 140 2017/18, pp. 107-118

GRAGNOLATI, Michele, LINDELOW, Magnus, COUTTOLENC, Bernard. 20 anos de construção do sistema de saúde no Brasil: Uma avaliação do Sistema Único de Saúde. Washington: The World Bank, 2013. Disponível em: <[https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/.../PORT-TYHSRB\\_WEB\\_FULL.pdf?](https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/.../PORT-TYHSRB_WEB_FULL.pdf?)>. Acesso em: 20/03/16.

ÍNDICE FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/ifdm/#:~:text=O%20IFDM%20%E2%80%93%20%C3%8Dndice%20FIRJAN%20de,%26%20renda%2C%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Sa%C3%BAde.>>. Acesso em: 21/06/2021.

ÍNDICE Paulista Responsabilidade Social - IPRS. Assembléia Estadual de São Paulo, 2000.

JAHAN, S. Measuring living standard and poverty: human development index as an alternate measure. 14 p. 2001. Disponível em [www.umass.edu](http://www.umass.edu). Acesso em: 07/05/2003.

OPAZO, A. El sujeto del desarrollo humano, VIII Simposium de Educación - Cátedra Paulo Freire, Educar para Construir el Sueño: Ética y Conocimiento en la Transformación Social, México, ITESO, 2000.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/introducao.html>. Acesso em: 15/07/2021.

QIZILBASH, M. Uma nota sobre a medição da pobreza e vulnerabilidade no contexto sul-africano. *Journal of International Development*, 14, 757-772. 2002.

RIO DE JANEIRO (Estado). SECRETARIA DE SAÚDE. Plano de ação regional da rede de urgência e emergência da Região Norte (RUE). Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Saúde, 2015. Disponível em: <<http://www.cib.rj.gov.br/arquivos-para-baixar/anexos/2116-plano-de-acao-da-rede-de-atencao-as-urgencias-e-emergencias-2016/file.html>>. Acesso em: 20/06/2016.

S. Sarvajayakesavalu, «Addressing challenges of developing countries in implementing five priorities for sustainable development goals», *Ecosystem Health and Sustainability*, 1(7):24, 2015

SEIFFERT, M. E. B. (2011); Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. 2. ed. São Paulo: Atlas.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Cristine Brandt da; FRANCISCO, Antonio Carlos de; KOVALESKI, João Luiz. A influência das práticas sustentáveis nos gastos de uma usina de tratamento industrial de madeira: um estudo de caso. Espacios. Vol. 37 (Nº 04) Año 2016. Pág. 20. Disponível em:< <https://www.revistaespacios.com/a16v37n04/16370421.html>>. Acesso em: 21/08/2022.

SORDI, Bruna Carrara; ARENA, Carla Aparecida Ventura. A saúde e o desenvolvimento humano. Saúde & Transformação Social / Health & Social Change, vol. 3, núm. 4, 2012, pp. 89-96 Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, Brasil.